

Brasil fecha acordo com Paraguai por tarifa de Itaipu

Brasil e Paraguai definem tarifa de Itaipu

Valor vai de US\$ 16,71 para US\$ 19,28 o kW por mês, mas mecanismo deve impedir que consumidor sinta aumento

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou nesta terça-feira (7) a um acordo com o Paraguai sobre a tarifa a ser cobrada pela energia da usina de Itaipu, após meses de negociação. Os países também se comprometeram com premissas a serem seguidas em torno do assunto.

A tarifa hoje cobrada, de US\$ 16,71 por kW por mês, vai a US\$ 19,28. Segundo pessoas envolvidas nas negociações, no entanto, o consumidor brasileiro não sentirá o aumento porque a diferença será devolvida, por meio de uma espécie de cashback da binacional à ENBpar (estatal brasileira que detém a participação de 50% na hidrelétrica).

O mecanismo foi desenvolvido para aumentar o montante recebido pelo país vizinho na venda de energia aos próprios consumidores enquanto os brasileiros deixam de sentir a ampliação da tarifa.

O valor a ser praticado neste ano e nos calendários seguintes ainda é superior ao que po-

deria ser cobrado caso levado em conta só o custo operacional da usina (US\$ 10,77), embora fique abaixo do demandado por Paraguai originalmente (US\$ 22,70).

O valor já poderia ter caído para US\$ 12,77 no ano passado, quando a dívida para a construção da hidrelétrica foi quitada. Como mostrou a Folha, o dado consta de projeção feita por grupo de trabalho interno da própria hidrelétrica.

Especialistas afirmam que a discrepância entre o projetado pelo grupo e o valor praticado é uma demonstração de que os governos dos lados da fronteira estão usando a tarifa para bancar outras despesas. Entre elas, obras e projetos socioambientais (que atendem interesse de políticos locais).

O novo diretor-geral, Enio Verri, anunciou em 2023, por exemplo, o programa "Itaipu Mais que Energia", prevendo investimentos de R\$ 1 bilhão em projetos de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, expandiu a área de abrangência da usina para atender todos os 399 muni-

cípios do PR e 35 do MS.

Lula vinha sendo pressionado pelo governo paraguaio por uma tarifa ainda maior desde 2023. Em meio à queda de popularidade, Lula chegou a se irritar com sua equipe após ter se sentido pouco preparado sobre o tema em reunião com o presidente do Paraguai, Santiago Peña.

Após meses de negociação, ficou acertado que a tarifa será mantida em US\$ 16,71 e que, após 2026, o Brasil começará a cobrir apenas os custos operacionais. Com isso, o preço a ser pago pelo lado brasileiro ficará entre US\$ 10 e US\$ 12.

A contrapartida do lado paraguaio é antecipar a negociação do chamado Anexo C (que define as bases financeiras da binacional), o que deve ser concluído em seis meses.

Após 2026, o Paraguai também vai oferecer ao mercado livre de energia brasileiro o excedente de energia que hoje vai para o mercado regulado.

O mercado regulado é onde os consumidores finais adquirem energia diretamente da concessionária. Já o merca-



Usina hidrelétrica de Itaipu Alan Santos - 7.abr.21/Di.ulgação/PR

do livre de energia, onde estão principalmente indústrias, oferece a liberdade de escolha de fornecedores.

O governo brasileiro espera que o acordo diminua de maneira estrutural os preços de energia do Brasil, com efeitos em cerca de 36 meses.

Paulo Pedrosa, presidente da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumi-

dores Industriais de Energia e Consumidores Livres), diz que, em primeira análise, o acordo é positivo e parece conciliar questões políticas e rearranjar Itaipu no melhor interesse do consumidor brasileiro.

"O consumidor continuaria pagando algo muito semelhante ao atual até 2026. Mas haveria, após esse período,

migração de Itaipu para aquilo que todos nós desejamos, a venda da parte paraguaia no mercado livre, a preço de mercado. Isso diminui a sobrecontratação das distribuidoras. É bom para o mercado regulado e é bom para o mercado livre, que vai ter aumentado a sua liquidez", afirma.

Para ele, se todos os problemas do setor fossem enfrentados assim o país não teria acumulado vários encargos desnecessários na tarifa. "Porque as coisas terminam sendo prorrogadas, adiadas indefinidamente. Foi assim até com o subsídio ao carvão. Nesse caso parece estar havendo equilíbrio entre presente e futuro", diz.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comemorou o acordo. Segundo ele, a redução para o patamar de US\$ 10 ocorrerá somente em 2027 para ambas as partes se planejarem. Assim, a tarifa continuará em US\$ 16,71 por todo o governo Lula — o que gera recursos que podem ser direcionados a obras durante o restante do mandato.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 3